

# Santander Caceis Brasil DTVM S.A.

(Anteriormente denominada Santander Securities Brasil DTVM S.A.)

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração à demonstração financeira da Santander Caceis Brasil DTVM S.A. ("Santander Caceis"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhada das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

### Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$948 milhões (31/12/2019 - R\$878 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$94 milhões (31/12/2019 - R\$102 milhões).

### Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais atingiram R\$1.168 milhões (31/12/2019 - R\$1.004 milhões). Desse montante, R\$533 milhões (31/12/2019 - R\$554 milhões) são representados por ativos intangíveis e R\$580 milhões (31/12/2019 - R\$404 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo total foi de R\$220 milhões (31/12/2019 - R\$126 milhões), representado substancialmente por negociação e intermediação de valores no montante de R\$110 milhões (31/12/2019 - R\$55 milhões) e obrigações fiscais e previdenciárias no montante de R\$58 milhões (31/12/2019 - R\$43 milhões).

### Outras Informações

A política de atuação da Santander Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, a Santander Caceis informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços

Ademais, a Santander Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Em 27 de junho de 2019, Banco Santander, S.A. ("Santander") e Crédito Agrícola, S.A. ("CASA") celebraram um acordo de investimento para a integração do Grupo Santander Securities Services e Grupo CACEIS para criação de um negócio global de serviços de custódia e gestão de ativos ("Transação"). Com a conclusão da Transação, em 17 de dezembro de 2019, Santander e CASA passaram a deter o controle de uma nova holding, Santander Securities Services Latam Holding, S.L.U., que passou a deter participações acionárias anteriormente detidas pela Santander Securities Services, SAU, incluindo 100% do capital social da Santander Caceis Brasil Participações S.A., atual denominação da Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ("Santander Caceis Participações") e, indiretamente, 100% do capital social da Santander Caceis Brasil DTVM S.A., atual denominação da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("Santander Caceis DTVM"), em conjunto com Santander Caceis Participações ("Santander Caceis"). Em 30 de junho de 2020, com a anuência do Banco Central do Brasil, Santander Caceis deixou de fazer parte do perímetro de consolidação do Conglomerado Prudencial do Santander Brasil.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 24 de março de 2021.  
O Conselho de Administração  
A Diretoria Executiva

## BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo Circulante</b>		<b>618.423</b>	<b>437.254</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>203.259</b>	<b>111.653</b>
<b>Disponibilidades</b>	4 & 13.c	<b>1.351</b>	<b>68</b>	<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>	9	<b>110.470</b>	<b>54.964</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	4 & 13.c	<b>580.193</b>	<b>404.359</b>	Outros Passivos Financeiros		<b>110.470</b>	<b>54.964</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		<b>580.193</b>	<b>404.359</b>	<b>Outros Passivos</b>	10	<b>35.726</b>	<b>13.953</b>
<b>Outros Ativos</b>	6	<b>36.879</b>	<b>32.827</b>	<b>Obrigações Fiscais - Corrente</b>	5.b	<b>57.063</b>	<b>42.736</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>549.413</b>	<b>566.432</b>	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>16.552</b>	<b>14.423</b>
<b>Outros Ativos</b>	6	<b>7.644</b>	<b>3.749</b>	<b>Outros Passivos</b>	10	<b>15.885</b>	<b>13.871</b>
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>7.901</b>	<b>7.670</b>	<b>Obrigações Fiscais</b>		<b>667</b>	<b>552</b>
Diferidos	5.a	7.901	7.670	Diferido	5.b	667	552
<b>Investimentos</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	12	<b>948.024</b>	<b>877.611</b>
Outros Investimentos		<b>1</b>	<b>1</b>	Capital Social:		<b>840.313</b>	<b>840.313</b>
<b>Imobilizado de Uso Intangível</b>		<b>7.1.056</b>	<b>1.362</b>	Reservas de Lucros		<b>107.453</b>	<b>37.173</b>
	8	<b>532.811</b>	<b>553.650</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial		<b>259</b>	<b>125</b>
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>948.025</b>	<b>877.611</b>
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.167.836</b>	<b>1.003.687</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.167.836</b>	<b>1.003.687</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>840.313</b>	<b>20.849</b>	<b>91.418</b>	<b>86</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>952.666</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	39	-	-
Dividendos com Base em Reservas		-	-	(72.662)	-	-	(72.662)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	101.985	101.985
Destinações:								
Reserva Legal	12.c	-	5.099	-	-	(5.099)	-	-
Dividendos		-	-	-	-	(48.329)	(48.329)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.c	-	-	-	-	(56.089)	(56.089)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.b	-	-	(3.766)	-	3.766	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	(3.766)	-	3.766	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>840.313</b>	<b>25.948</b>	<b>11.225</b>	<b>125</b>	<b>-</b>	<b>877.611</b>	<b>877.611</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>5.099</b>	<b>(80.194)</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>(75.055)</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>840.313</b>	<b>25.948</b>	<b>11.225</b>	<b>125</b>	<b>-</b>	<b>877.611</b>	<b>877.611</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	134	-	134	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	94.280	94.280
Destinações:								
Reserva Legal	12.c	-	4.714	-	-	(4.714)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(24.000)	(24.000)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	32.783	-	(32.783)	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	32.783	-	(32.783)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>840.313</b>	<b>30.662</b>	<b>76.791</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>948.025</b>	<b>948.025</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>4.714</b>	<b>65.566</b>	<b>134</b>	<b>-</b>	<b>70.414</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2020</b>		<b>840.313</b>	<b>28.120</b>	<b>52.481</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>920.956</b>	<b>920.956</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	217	-	217	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	50.852	50.852
Destinações:								
Reserva Legal	12.c	-	2.542	-	-	(2.542)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(24.000)	(24.000)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	12.155	-	(12.155)	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	12.155	-	(12.155)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>840.313</b>	<b>30.662</b>	<b>76.791</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>948.025</b>	<b>948.025</b>
<b>Mutações no Período</b>		<b>-</b>	<b>2.542</b>	<b>24.310</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>27.069</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

A Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (Santander Caceis), atual denominação da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. controlada pelo Santander Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Caceis são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.0).

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 24 de março de 2021.

### 3. Principais Políticas Contábeis

#### a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Caceis.

#### b. Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata die*, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### c. Ativos e Passivos a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata die*, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

#### d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### e. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata die*.

#### f. Rendas a Receber

Refere-se às provisões para perdas de Rendas a Receber são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

#### g. Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### h. Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

#### h.i. Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

#### h.ii. Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 8.a).

Os gastos de aquisição de logjicais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 8.a).

#### i. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidos ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

#### j. Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Securities de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

**Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.**

#### Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 19. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Santander Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

#### Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por beneficiários já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

#### k. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

#### l. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

#### m. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

#### n. Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

Resolução nº 4.797 foi revogada, e substituída pela Resolução nº 4820, a qual vigorou a partir de 29 de maio de 2020 e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil fiquem impedidos de:

(i) remanecer o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do: (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas

(ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);

(iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;

(iv) aumentar qualquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devam ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

# Santander Caceis Brasil DTVM S.A.

(Anteriormente denominada Santander Securities Brasil DTVM S.A.)

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2020	31/12/2019
<b>6. Outros Ativos</b>		
Administração de Fundos de Investimentos	21.184	21.134
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	9.793	8.860
Outras Rendas a Receber	1.109	824
(-) Provisões para Perdas	(856)	(911)
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.981	1.963
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	519	360
Valores a Receber Sociedades Ligadas (Nota 13)	4.201	-
Impostos e Contribuições a Compensar	1.916	581
Adiantamentos e Antecipações Salariais	311	170
Plano de Benefícios a Funcionários	1.668	1.380
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	1.863	1.140
Devedores Diversos - País	286	683
Despesas Antecipadas	247	186
Outros	298	206
<b>Total</b>	<b>44.523</b>	<b>36.576</b>

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>						
Sistemas de Processamento de Dados	202	(155)	47	873	(114)	759
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(291)	774	539	(206)	333
Beneficiorias em Imóveis de Terceiros	355	(120)	235	355	(85)	270
<b>Total</b>	<b>1.622</b>	<b>(566)</b>	<b>1.056</b>	<b>1.767</b>	<b>(405)</b>	<b>1.362</b>

	01/01 a 31/12/2020			01/01 a 31/12/2019		
	Custo	Depreciação	Total	Custo	Depreciação	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.767</b>	<b>(405)</b>	<b>1.362</b>	<b>9.130</b>	<b>(258)</b>	<b>8.872</b>
Adição	(145)	-	(145)	(5.988)	-	(5.988)
Baixa	-	-	-	(1.375)	-	(1.375)
Amortização	-	(161)	(161)	-	(147)	(147)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.622</b>	<b>(566)</b>	<b>1.056</b>	<b>1.767</b>	<b>(405)</b>	<b>1.362</b>

**8. Intangível**  
Refere-se, substancialmente, à compra do Negócio de Custódia adquirido junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. em agosto de 2015.

	31/12/2020			31/12/2019			
Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total	
<b>Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio</b>	<b>10</b>	<b>323.055</b>	<b>(172.296)</b>	<b>150.759</b>	<b>323.055</b>	<b>(139.990)</b>	<b>183.065</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>541.924</b>	<b>(159.871)</b>	<b>382.053</b>	<b>498.258</b>	<b>(127.673)</b>	<b>370.585</b>	
Logiciais	Até 5	98.302	(25.433)	72.869	54.636	(18.441)	36.195
Relacionamento com Clientes:							
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(61.415)	191.922	253.337	(49.900)	203.437
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(16.742)	68.016	84.758	(13.603)	71.155
Outros Clientes	10	105.527	(56.281)	49.246	105.527	(45.729)	59.798
<b>Total</b>	<b>864.979</b>	<b>(332.167)</b>	<b>532.811</b>	<b>821.313</b>	<b>(267.663)</b>	<b>553.650</b>	

	01/01 a 31/12/2020			01/01 a 31/12/2019		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>821.313</b>	<b>(267.663)</b>	<b>553.650</b>	<b>797.161</b>	<b>(205.406)</b>	<b>591.755</b>
Adição	43.781	-	43.781	24.152	-	24.152
Baixa	(115)	-	(115)	-	-	-
Amortização	-	(64.504)	(64.504)	-	(62.257)	(62.257)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>864.979</b>	<b>(332.167)</b>	<b>532.811</b>	<b>821.313</b>	<b>(267.663)</b>	<b>553.650</b>

**9. Outros Passivos Financeiros**  
Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a Credores - Conta Liquidações Pendentes, no montante de R\$110.470 (31/12/2019 - R\$54.964).

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>						
Despesas de Pessoal			13.799			12.786
Despesas Administrativas			2.982			2.924
Outros Pagamentos			1.437			1.569
Sociais e Estatutárias			22.194			2.429
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11.b)			3.005			1.987
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 11.b)			6.212			3.620
Credores Diversos - País			1.982			2.509
<b>Total</b>			<b>51.611</b>			<b>27.824</b>

**11. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**  
**a. Ativos Contingentes**  
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.1).

	01/01 a 31/12/2020			01/01 a 31/12/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.987</b>	<b>3.620</b>	-	<b>1.892</b>	<b>1.657</b>	-
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	126	(254)	568	185	5.498	-
Atualização Monetária	66	157	-	131	320	-
Baixas por Pagamentos	-	(109)	(51)	(731)	(3.855)	-
Outros <sup>(2)</sup>	826	2.291	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>3.005</b>	<b>5.695</b>	<b>517</b>	<b>1.987</b>	<b>3.620</b>	<b>-</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	-	339	-	59	239	-

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.  
<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.  
<sup>(3)</sup> Referem-se à constituição de provisão de contingência dos casos cuja a responsabilidade é compartilhada com o Banco Santander.

**c. Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**  
A Santander Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Caceis tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.  
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:  
**PIS e Cofins** - R\$803 (31/12/2019 - R\$749): a Santander Caceis interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas.  
**Desmutualização de Ações** - R\$423 (31/12/2019 - R\$493), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.  
**d. Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.  
As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$17 milhões, sendo: **IRPJ** - Refere-se a cobrança judicial de IRPJ do período base de 1994, por suposta falta de pagamento

do tributo. Com a comprovação do recolhimento, houve sentença favorável em primeiro grau, objeto de apelação por parte da União, ainda em julgamento. Em 31 de dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$11 milhões.  
**COFINS** - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorram da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2 milhões.

**12. Patrimônio Líquido**  
**a. Capital Social**  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.  
**b. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.  
Em ata de reunião da diretoria de 30 de dezembro de 2020 foi deliberado a aprovação da distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020 no valor de R\$24.000, correspondente a R\$ 13.789.3945768311 por lote de 1.000 ações. Sobre o valor dos juros remuneratórios do capital investido será efetuada a retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), na forma da legislação em vigor, de forma que o valor líquido total a ser pago será de R\$ 20.400 e o valor líquido por lote de 1.000 ações será de R\$ 11.720.9853901364.  
Em 31 de dezembro de 2019, não houve destaque de dividendos ou de juros sobre o Capital Próprio. A Resolução CMN Nº 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.  
**c. Reservas de Lucros**  
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:  
**Reserva Legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.  
**Reservas Estatutárias**  
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**13. Partes Relacionadas**  
**a. Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Caceis realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2020, fixado no valor máximo de R\$9.500.  
**i. Benefícios de Longo Prazo**  
A Santander Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.  
**ii. Benefícios de Curto Prazo**  
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Remuneração Fixa	3.723	3.926	1.182	1.022
Remuneração Variável - em espécie	1.182	1.022	1.178	722
Remuneração Variável - em ações	290	140	290	140
Outras	6.373	5.810	968	481
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>11.568</b>	<b>11,238</b>	<b>3.640</b>	<b>3,365</b>
Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.136 (31/12/2019 - R\$1.207).				
<b>iii. Rescisão de Contrato</b>				
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.				
<b>b. Participação Acionária</b>				
A Santander Caceis é controlada pela S3 Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.				
<b>c. Transações com Partes Relacionadas</b>				
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens. A partir de 2019, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração.				
As principais transações e saldos são, conforme segue:				

	01/01 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.351</b>	<b>68</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	1.351	68	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>580.193</b>	<b>404.359</b>	<b>14.645</b>	<b>27.595</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)(2)</sup>	580.193	404.359	14.645	27.595
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>9.373</b>	<b>5.066</b>	<b>57.754</b>	<b>59.018</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	9.373	5.066	55.372	55.343
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	2.382	3.675
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(804)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Santander Securities Services	-	-	-	-
Brasil Participações S.A.	(804)	-	-	-
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(2)</b>	<b>(11)</b>	<b>(12.646)</b>	<b>(14.109)</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	(5.397)	(5.288)
Aquanima Brasil Ltda. <sup>(2)</sup>	-	-	(191)	(200)
Universia Brasil S.A. <sup>(2)</sup>	(2)	(11)	(32)	(83)
Santander Tecnologia <sup>(2)</sup>	-	-	(7.026)	(8.538)
<b>Outras Obrigações Diversas</b>	<b>(11.475)</b>	<b>(9.236)</b>	<b>(6.772)</b>	<b>(6.772)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(8.310)	(6.772)
Banco Santander (Espanha) S.A.	(11.407)	-	-	-
Banco Santander (México), S.A.	(68)	-	-	-
Santander Tecnologia <sup>(2)</sup>	-	-	(926)	-

<sup>(1)</sup> Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.  
<sup>(2)</sup> Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.  
Em 31 de dezembro de 2020, refere-se à aplicações classificadas como caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$121.600 (31/12/2019 - R\$71.300).

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>14. Receitas de Prestações de Serviços</b>				
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos		240.455		233.464
Rendas de Serviços de Custódia		103.041		81.133
Outras Rendas de Serviços		9.354		7.617
<b>Total</b>		<b>352.850</b>		<b>322.214</b>

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>15. Despesas de Pessoal</b>				
Remuneração		29.884		29.656
Encargos		9.337		8.990
Benefícios		6.504		6.092
Treinamento		459		169
Outras		628		543
<b>Total</b>		<b>46.812</b>		<b>45.489</b>

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>16. Outras Despesas Administrativas</b>				
Depreciações e Amortizações		64.666		62.403
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros		11.590		12.740
Serviços do Sistema Financeiro		2.079		1.355
Processamento de Dados		24.089		18.078
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)		5.397		5.288
Transporte e Viagens		196		705
Comunicações		1.107		632
Despesas com Seguros		314		343
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros		254		384
Outras		646		1.230
<b>Total</b>		<b>110.338</b>		<b>103.158</b>

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>17. Outras Receitas Operacionais</b>				
Atualização de Depósitos Judiciais		29		32
Atualização de Impostos a Compensar		104		-
Recuperação de Encargos e Despesas		24		590
Reversão de Provisões Operacionais - Trabalhistas		(413)		3.854
Reversão de Provisões Operacionais		1.013		1.370
Outras		97		112
<b>Total</b>		<b>854</b>		<b>5.958</b>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Rodriguez de Robles Arienza - **Presidente**

## Conselheiros

Alessandro Tomao

Carlos Rey de Vicente

Eric Pierre Derobert

Jean Pierre Dupui

Joaquim Alfaro Garcia

## DIRETORIA EXECUTIVA

### Diretores

Joaquim Alfaro Garcia

Marcelo Vieira Francisco

Rafael Guazzelli Ferme

### Contador

Gilberto Cabeleira Alves - CRC nº PR040031/O-7

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

**Santander Caceis Brasil DTVM S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Caceis Brasil DTVM S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Caceis Brasil DTVM S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

###